



CANDIDATURA A CONCESSÃO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

(n.º _____ SM)

Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome do requerente) _____
_____ contribuinte (pessoa singular) n.º _____, residente em
(Rua, Av.ª) _____
(n.º/lote) _____ (andar) _____ (localidade) _____ (cód. postal) _____
_____-_____, Freguesia de _____ com o telefone n.º _____
_____ e fax n.º _____, e-mail _____, nascido em
____/____/____ portador do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão n.º _____, datado de
____/____/____, emitido pelo Arquivo de Identificação de _____, vem apresentar a V. Exa
candidatura à concessão da Componente de Apoio à Família na Educação Pré-escolar para o ano letivo de
____/____.

Assim:

Prolongamento de Horário (assinalar opção):

☐ das 7H30 às 9H00 ☐ das 15H30 às 17H30 ☐ das 17H30 às 19H30

1. Estabelecimento de Ensino _____

2. Identificação do Aluno

Nome completo (em maiúsculas) _____

Data de Nascimento ____/____/____ Natural da Freguesia _____ Concelho _____

3. Filiação:

Nome do pai _____

Contacto _____ N.º de Contribuinte _____

Nome da mãe _____

Contacto _____ N.º de Contribuinte _____

Morada _____

Código Postal _____ - _____

Encarregado de Educação _____

Contacto _____ N.º de Contribuinte _____

E-mail _____

☐ Autorizo que os serviços me contactem via e-mail.

4. Situação do Agregado Familiar

Nº	Grau de Parentesco	Nome	Profissão/Ocupação remunerada	Idade
1	o aluno			
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				

Nº total de pessoas do agregado familiar _____ (ver Notas no final do formulário)

5. Documentos necessários para o cálculo do valor *per capita* - Anexar

(ver Notas no final do formulário)

- ☐ Cédula pessoal e/ou cartão de cidadão do aluno;
- ☐ Declaração dos rendimentos do ano anterior, IRS/IRC e respetiva nota de liquidação de todos os elementos que constituem o agregado familiar;
- ☐ No caso de não existirem os documentos mencionados anteriormente, devem ser entregues a cópia do último recibo de vencimento ou declaração da entidade patronal, comprovando o vencimento mensal e respetivos descontos;
- ☐ Em situação de desemprego, documento do Instituto de Emprego e Formação Profissional ou da Segurança Social comprovando o valor e duração do subsídio de desemprego, ou em como não efetua descontos;
- ☐ Em situação de “doméstico(a)”, documento do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social comprovando se o mesmo efetua ou não descontos e o respetivo montante;
- ☐ Em situação de Rendimento Social de Inserção – RSI, documento do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social;
- ☐ Nas situações de pais divorciados, separados judicialmente, separados e pais solteiros, documento comprovativo de regulação do poder paternal e montante da pensão de alimentos atribuída a todos os menores que façam parte do agregado familiar;
- ☐ Nas situações de viuvez, documento comprovativo da pensão de sobrevivência, caso exista;
- ☐ Caso existam no agregado familiar elementos maiores de 16 anos de idade estudantes, documento comprovativo passado pelo estabelecimento de ensino;
- ☐ Caso existam no agregado familiar elementos maiores de 16 anos de idade não estudantes e desempregados, documento comprovativo de inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional e prova do valor do subsídio;
- ☐ Caso existam no agregado familiar ascendentes pensionistas, apresentar IRS ou documento comprovativo da pensão ou reforma, passado pelo Centro Nacional de Pensões ou outra entidade pagadora;
- ☐ Despesas de habitação: prestação devida pela aquisição da habitação própria ou renda da casa (recibo legal, com identificação do nome e NIF do senhorio, ou contrato de arrendamento, devidamente validado pela Repartição de Finanças, competente em razão do território);
- ☐ Despesas de saúde: recibos de aquisição de medicamentos de uso continuado, em caso de doença crónica (anexar declaração médica);
- ☐ Recibos de encargos com transportes públicos nos três últimos meses, devidamente identificados com os dados do utente (nome e número de contribuinte);
- ☐ Comprovativo do horário de trabalho do Encarregado de Educação.

6. Termo de Responsabilidade do Encarregado de Educação

Declaro que assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei, pela exactidão de todas as declarações constantes neste formulário. As falsas declarações implicam, para além de procedimento penal, a imediata suspensão da frequência do aluno e o pagamento dos valores reais devidos. Igualmente comprometo-me a aceitar as Normas de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública do Concelho de Sintra, que me foi entregue no acto de inscrição.

Data ____/____/____

O Encarregado de Educação

7. Declaração para posicionamento no escalão máximo

Declaro que não pretendo entregar declaração de IRS, pelo que me proponho a pagar o escalão máximo.

Data ____/____/____

O Encarregado de Educação

8. Termo de Responsabilidade do Estabelecimento de Ensino


Eu, _____ na qualidade de _____

do Jardim de Infância/Agrupamento de Escolas, recepcionei o presente Formulário devidamente preenchido, bem como todos os documentos necessários para o cálculo das captações, conforme ponto 5.

Data ____/____/____

Assinatura e carimbo

(a preencher pelo estabelecimento de ensino)

	RECIBO DE ENTREGA DE FORMULÁRIO	REGº SM _____
	ASSUNTO: CANDIDATURA A CONCESSÃO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	
	Jardim de Infância de _____	
	Nome do Aluno _____ Ano letivo ____/____	
	Assinatura do colaborador: _____	
	Categoria: _____	Data: ____/____/____

Instruções

Juntar:

- ☐ Exibir BI e Cartão de Contribuinte, Cartão de Cidadão ou Passaporte
- ☐ Documentos referidos no Ponto 5.

Notas:

Ponto 4 - Entende-se por agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, casamento ou outras situações similares, desde que vivam em economia comum.

Ponto 5 - Só são aceites as candidaturas que apresentem fotocópias de toda a documentação, bem como o preenchimento completo de todos os campos.

O cálculo do rendimento *per capita* do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula, conforme Despacho Conjunto n.º 300/97 de 4 de Setembro:

$$R = \frac{RF - D}{12N}$$

R = rendimento per capita
RF = rendimento anual íliquido do agregado familiar
D = despesas fixas anuais
N = número de elementos do agregado familiar

O modelo de Declaração do IRS, bem como todos os documentos apresentados são analisados de acordo com o disposto no Regulamento Municipal do Programa “À Descoberta dos Tempos Livres” – Componente de Apoio à Família, deliberado pela Câmara Municipal de Sintra em 26 de outubro de 2011 e aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra em 22 de dezembro de 2011.

- Na qualidade de **mandatário**, deve juntar procuração;
- O recibo deve ser devolvido ao encarregado de educação;
- Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do n.º1 e 2 do art.º 10.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Protecção de Dados Pessoais.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara;
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente e sua inserção na base de dados;
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → Serviços municipais intervenientes no processo;
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido;
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente até despacho por parte do decisor político. Após esse momento qualquer alteração implica apresentação de novo pedido.

Base Legal:

- Despacho n.º 18.987/2009 do Secretário de Estado e Adjunto da Educação de 17 de Agosto de 2009 (II Série);
- Regulamento Municipal do Programa “À Descoberta dos Tempos Livres” – Componente de Apoio à Família, aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra em 22 de Dezembro de 2011